

**FASCÍCULOS
TEMÁTICOS**

VOL. 1



Cota Social na Lei da Aprendizagem: a experiência do Programa Jovens Construtores



Fascículos temáticos Jovens Construtores Brasil
vol. 1: a experiência do Programa Jovens Construtores

Fascículos temáticos Jovens Construtores Brasil
vol. 1: a experiência do Programa Jovens
Construtores - Rio de Janeiro : CEDAPS, 2019.
(Centro de Promoção da Saúde).

22 páginas

ISBN 978-65-991030-0-1

Introdução	5
1. O Programa Jovens Construtores	6
2. Lei da Aprendizagem e a Cota Social como ferramenta para mobilidade social	8
3. Processo Seletivo, admissão dos jovens e a organização para sua recepção na instituição	10
4. O Perfil dos Aprendizes	12
5. As habilidades reforçadas e tarefas executadas	16
Conclusão	19
Referências Bibliográficas	22
Ficha técnica	23
Agradecimento	24

Introdução

Este artigo faz uma breve análise do decreto 8.740 de 4 de maio de 2016 a partir do processo de inserção de sete jovens aprendizes no CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde. Tal decreto tem como objetivo priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social em programas de aprendizagem. A partir de uma análise sobre os esforços de inserção no mundo do trabalho dos participantes do Programa Jovens Construtores, é notória a disparidade entre o perfil destes jovens e o perfil profissional desejado pelas empresas.

Este distanciamento ocorre em grande parte por conta de diferentes entraves (educacionais, sociais e culturais) que configuram o perfil dos jovens moradores de territórios vulneráveis considerando os fatores desejados pelas empresas contratantes.

Sendo assim, o registro deste processo tem como objetivo contribuir para a discussão acerca dos desafios que envolvem a colocação de jovens em situação de vulnerabilidade e/ou em risco no mercado de trabalho, assim como difundir nossa experiência com o intuito de ampliar as possibilidades de inserção e discutir os aspectos sócio-políticos presentes no desenho dos perfis a serem avaliados durante os processos seletivos de Jovens Aprendizes nas empresas.

Esta publicação está dividida em cinco itens, para além desta introdução e conclusão: (i) Programa Jovens Construtores, (ii) Lei da Aprendizagem e a Cota Social como ferramenta para mobilidade social; (iii) Processo seletivo, admissão dos jovens e a organização para sua recepção na instituição; (iiii) O perfil dos jovens contratados, e por fim, uma breve conclusão.

Tendo em vista que os jovens selecionados representam uma amostra pequena em comparação ao número de jovens de seus territórios de origem, alguns dados referentes a realidade da juventude moradora de favela no Rio de Janeiro são apresentados com intuito de possibilitar maior clareza sobre os contextos territoriais.

Esperamos que a sistematização e análise realizada possa inspirar o fortalecimento de novas experiências e práticas para consolidação desta lei, que apresenta-se essencial para inserção dos jovens no mercado de trabalho e ao ser ampliada pode representar um caminho no que tange a redução das desigualdades de acesso ao mundo do trabalho.

1. O Programa Jovens Construtores

O Programa Jovens Construtores é uma tecnologia social voltada para a formação de jovens originalmente concebida pela organização YOUTHBUILD e implementada no Brasil pelo Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS)¹, com assessoria do YouthBuild International². A primeira edição³ aconteceu em 2010 no Morro do Alemão, e até o momento o programa passou por mais 10 territórios, sendo Comunidade 29 de Março (Campo Grande), Morro dos Prazeres, Cidade de Deus, Borel, Mangueira, Pavuna, Morro da Providência, Maré e Del Castilho, totalizando 16 edições na cidade do Rio de Janeiro.

O público atendido pelo programa são jovens de 16 a 24 anos de idade, que prioritariamente não estejam trabalhando nem estudando, moradores de territórios marcados pela ausência de serviços e políticas públicas, muitos vivendo em contextos familiares conflituosos. As diretrizes do programa preconizam que as edições sejam realizadas em territórios onde os direitos da juventude são mais violados e as oportunidades restritas, buscando alcançar os mais expostos aos diferentes tipos de violência. Sua metodologia inclui a necessidade de uma grade intensiva, que permita o contato diário com os jovens durante 4 horas, 5 vezes na semana. Uma vez que as edições são realizadas sempre com apoio de uma Organização de Base Comunitária do território, o fortalecimento desta organização, assim como a mobilização da

rede de suporte local também é um norteador do Programa. Ao longo dos cinco meses de formação os jovens desenvolvem os Ativos Comunitários, que são melhorias locais realizadas coletivamente em pontos da comunidade selecionados pelo grupo. A realização dos Ativos tem como objetivo, além de possibilitar a execução da parte prática do que foi aprendido ao longo do curso, a mudança positiva da relação dos jovens com o território e os agentes ali presentes. Durante o ciclo de formação, os jovens participam também de encontros de tutoria, individual e coletiva, onde os mesmos realizam a construção de seus Planos de Vida.

Neste documento ficam registrados os objetivos de curto, médio e longo prazo que os jovens estabelecem para si em seis dimensões de suas vidas, e podem utilizar para guiar sua trajetória individual. A construção do Plano de Vida e a realização dos Ativos Comunitários buscam promover a produção de uma transformação concreta, gerando valor para a Juventude e ampliando as oportunidades para cada jovem.

A partir da conclusão do curso intensivo de formação, esforços são realizados pelo Programa visando gerar oportunidades pessoais, sociais e econômicas para o jovem, a partir do Plano de Vida traçado. A área de Colocação, responsável por assessorar e apoiar o jovem nesse processo, busca oportunida-

1. O Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) foi fundado há 27 anos com o propósito de promover o fortalecimento de organizações, grupos e comunidades populares e contribuir para o aprimoramento de políticas públicas sustentáveis, inclusivas e saudáveis. Buscamos a construção de uma sociedade saudável e equitativa; aquela em que todos tenham acesso aos recursos constituintes da qualidade de vida: educação, habitação, meio ambiente, emprego, lazer, cultura, alimentação, segurança, participação social e serviços de saúde. Pelo viés do conceito de Promoção da Saúde são desenvolvidas todas as iniciativas do CEDAPS.

2. Sobre o YouthBuild International, acesse: <https://www.youthbuild.org/youthbuild-international>.

3. Compreendemos por edição a realização de um curso de formação intensiva com 25 jovens, realizados em parceria com organizações comunitárias locais.

des de desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário. O Programa entende colocação como uma ou mais das seguintes frentes: 1) retorno escolar; 2) qualificação profissional; 3) atuação empreendedora; e 4) inserção no mercado de trabalho formal; 5) liderança juvenil e/ou empreendedorismo social. Para que possa trabalhar tais questões com os jovens, a área realiza encontros coletivos durante os 5 meses de curso⁴, e após a formatura os jovens passam a ingressar a rede⁵ permanente Jovens Construtores, quando os esforços são reforçados para a conquista da colocação desejada.

Sendo um dos focos do Programa atender aos jovens que não estejam trabalhando nem estudando, as frentes que se mostram mais desafiadoras para a área são o retorno escolar e a inserção no mercado de trabalho formal. O principal fator que torna o retorno escolar um desafio, diz respeito a condição da educação pública e sobre seus reflexos na relação entre os alunos e os agentes educadores. Uma série de abandonos sofridos pela educação pública se corporifica em desafios diários para a permanência qualificada do jovem no espaço escolar, que muitas vezes culminam no abandono escolar.

Quando, através de um longo trabalho que inclui o estímulo auto reflexivo, o jovem se propõe voltar a estudar. Sendo um dos focos do Programa atender em empecilhos burocráticos, como ausência de vaga em colégios próximos, ou não emissão por parte da escola de documentos, como histórico e declaração escolar, para que possam efetuar nova matrícula.

Já no que se refere ao mercado formal de trabalho, em grande parte dos casos a dificulda-

de para inserção dos jovens esbarra em um fator conjunto: baixa qualificação aliado à falta de preparo institucional para receber e se relacionar com a juventude. O contexto de vulnerabilidade vivido pelos jovens participantes do Programa, acaba por proporcionar uma realidade onde muitos estejam com o período escolar em atraso, cursando séries abaixo do estipulado para sua idade, e/ou não possuam cursos de qualificação necessários para um ingresso imediato no mercado de trabalho.

Com relação aos jovens que não estão inseridos nesta realidade estatística e finalizaram o Ensino Médio, a dificuldade para inserção se apresenta de outra forma. O contexto de violência dos territórios vulneráveis afeta de diversas formas o cotidiano de seus moradores. A mobilidade, por exemplo, fica limitada quando há confronto armado. Assim, as limitações geradas pela realidade territorial acabam por colocar o jovem em desvantagem diante de outros candidatos.

Os fatores acima mencionados tornam árdua a busca por oportunidades no mercado formal de trabalho para esses jovens. Uma vez que ainda tenham seus currículos encaminhados para oportunidades, poucas são as vezes em que são convocados ou selecionados. Faz-se necessário então recorrer a políticas de promoção da garantia dos direitos desta juventude para que novos caminhos sejam traçados e oportunidades que incluam os jovens em situação de mais vulnerabilidade sejam criadas.

A partir de uma análise com viés econômico, as realidades descritas anteriormente expressam a analogia feita por Atkinson (2015) para descrever a desigualdade de renda.

4. Tendo em vista que durante o curso os jovens estão em momento de desenvolvimento de suas habilidades socioemocionais, os encontros realizados pela Colocação buscam: 1) compreender a relação dos jovens com a escola, através da oficina "Educação e Direitos Humanos" 2) despertar a reflexão sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, através da oficina "Mapa de Interesses".

5. A Rede Jovens Construtores é composta por aqueles e aquelas que já passaram por uma edição e o meio pelo qual permanecem conectados ao Programa, concretizando o lema da iniciativa que é: "Uma vez Jovem Construtor, sempre Jovem Construtor".

2. Lei da Aprendizagem e a Cota Social como ferramenta para mobilidade social

A analogia feita por Atkinson (2015) para descrever a desigualdade de renda se expressa da seguinte forma: para o autor esta seria uma desigualdade de resultados, reflexo de uma desigualdade de oportunidades.

Desta forma, a corrida da vida estaria dividida em dois momentos: o de preparo e o de realização da prova, sendo o primeiro momento crucial para um desempenho produtivo no segundo. Dentro da analogia, o primeiro momento corresponde às etapas iniciais da vida; a infância e a adolescência, e o preparo corresponde às oportunidades que são acessadas neste período. A desigualdade de renda e, conseqüentemente de oportunidades, no Brasil expressa a disparidade na distribuição dos brasileiros na corrida da vida, na qual os pontos de partida de diferentes classes sociais são muito distantes um do outro.

A situação se torna mais grave quando pensamos que a desigualdade de resultados de uma geração afeta diretamente a desigualdade de oportunidades da geração seguinte. Podemos perceber isto através do relatório⁶ divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁷, que coloca o Brasil na 2ª pior posição no ranking de mobilidade social. De acordo com o estudo, no Brasil, as famílias

mais pobres levariam nove gerações para alcançar a renda média do país, que é de aproximadamente R\$ 2.000,00.

Valéria & Dimitri (2008) em seu estudo sobre a mobilidade intergeracional de renda no Brasil fizeram uma análise sobre as armadilhas de pobreza e riqueza⁸ utilizando dados de renda divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Corroborando o relatório da OCDE, identificou-se que as evidências de riqueza e pobreza no Brasil possuem uma magnitude muito maior do que em outros países. A importância desse dado se dá pelo fato de que o descendente de um indivíduo que esteja inserido em uma dessas situações dificilmente irá sair dela. Ao alertar sobre a baixa mobilidade intergeracional, os autores reafirmam que sendo de interesse modificar tal cenário é necessário investir em políticas públicas que busquem reduzir a desigualdade de oportunidade, através da promoção de acessos diversos para a infância e juventude (VALÉRIA & DIMITRI, 2008, p.22).

A Lei da Aprendizagem (Lei 5.598/05)⁹, que regulamenta a atuação de jovens com idade entre 14 e 24 anos por meio de regime de contrato específico contemplando formação teórica e prática, assim como promoção da conclusão do ensino formal obrigatório,

6. Para acessar o relatório completo: <https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf>

7. Sobre a OCDE, acesse: <http://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm>

8. As armadilhas de riqueza e pobreza representam as categorias sociais que se encontram nos dois pontos mais extremos da tabela de dados do grau de mobilidade social. É importante frisar que os descendentes de indivíduos que estejam agrupados em um dos dois extremos dificilmente irão conseguir deslocar desta posição.

9. Decreto nº 5598 de 1º de dezembro de 2005, referente a regulamentação da aprendizagem: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm

representa uma oportunidade de acesso potente. Tendo em vista que, no mesmo passo em que possibilita um aumento de renda, promove o estudo e a qualificação profissional, a aprendizagem pode garantir ao jovem galgar um melhor posicionamento inicial na corrida da vida.

Porém, resgatando os atravessamentos gerados pela desigualdade de renda e seus reflexos no baixo grau de mobilidade social do país, faz-se necessário que um empenho específico seja realizado para que esta oportunidade alcance também aos jovens mais com direitos mais violados. Dentro deste entendimento a Cota Social (Decreto 5.598/05)¹⁰ da Lei da Aprendizagem viabiliza meios para a ascensão daqueles que se encontram de fato nas últimas posições da corrida.

A fim de auxiliar as empresas que por lei necessitam realizar a contratação de determinado número de aprendizes, mas não possuem capacidade estrutural para receber estes jovens, assim como promover a inclusão de jovens em risco social no mercado de trabalho, a Cota Social autoriza que os jovens contratados exerçam a função de aprendiz em entidades concedentes. A contratação via Cota Social exige o requerimento de um termo de compromisso junto a unidade descentralizada do Ministério do Trabalho, devendo este ser assinado pelas instituições envolvidas: Ministério do Trabalho, empresa contratante, instituição qualificadora e instituição concedente.

Cabe realçar que antes da assinatura do termo de compromisso é realizada uma visita à instituição concedente das atividades práticas com intuito de verificar se a estrutura do

local é capaz de receber de forma adequada o quantitativo de aprendizes. Com relação aos critérios para seleção dos jovens, a Cota Social preconiza que eles estejam inseridos em uma ou mais das seguintes condições:

- I – adolescentes egressos do sistema socio-educativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;
- II – jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;
- III – jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;
- IV – jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- V – jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;
- VI – jovens e adolescentes com deficiência;
- VII – jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,
- VIII – jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

É possível resgatar a analogia de Atkinson (2015) para analisar as condições de risco social. Firmando um paralelo entre o local de partida do jovem na corrida e a condição de risco social em que se encontra, cada condição em que esteja inserido representaria o declínio de uma posição na corrida. Logo, cabe fazer uso de tal oportunidade de acesso como canal para promoção da mobilidade social dos jovens participantes do Programa Jovens Construtores, que trazem em sua trajetória diferentes perspectivas da desigualdade econômica, social e cultural.

10. Decreto nº 8.740 de 4 de maio de 2016, referente a implementação da Cota Social na Aprendizagem: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8740.htm

Após a produção desse fascículo o termo "Cota Social na Aprendizagem" mudou na lei para: "Cumprimento Alternativo da Cota de Aprendizes".

3. Processo Seletivo, admissão dos jovens e a organização para sua recepção na Instituição

A partir da aprovação do Ministério de Trabalho e Emprego, foi feita a articulação com o CAMP Mangueira,¹¹ que assina o termo de compromisso enquanto instituição formadora, sendo responsável pela qualificação profissional dos jovens e por acompanhar o desempenho escolar dos aprendizes.

A empresa contratante foi a responsável por assinar a Carteira de Trabalho dos jovens, assim como promover os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ao Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), enquanto instituição concedente de atividade prática, coube a seleção dos jovens aprendizes, assim como a criação de um plano de trabalho e o acompanhamento de sua implementação.

O processo seletivo para contratação de sete jovens foi realizado em paralelo à organização da instituição para receber o grupo. Inicialmente foi feito um levantamento das possíveis demandas de trabalho que cada área do CEDAPS teria para os aprendizes, para então ser realizada uma divisão dos jovens por área.

Tendo como objetivo auxiliar no desenvolvimento profissional dos jovens e por entender que as experiências em diferentes áreas da instituição

possibilitariam um maior conhecimento prático, optamos por realizar um esquema de rodízio entre o grupo. Desta forma, em intervalos de quatro meses os jovens trocam de área.

O plano de trabalho dos jovens teve como base a tabela de atividades práticas fornecida pelo CAMP Mangueira, vinculada às demandas de trabalho de cada área.

Considerando o caráter sensível da experiência, uma vez que os jovens precisavam realizar a transição da posição de “jovens participantes do Programa Jovens Construtores” para a posição de “colaboradores da instituição CEDAPS”, assim como a necessidade de nivelar minimamente o conhecimento dos mesmos, foram realizados momentos de ambientação e de formação.

Primeiramente, foi realizado um ciclo de apresentação da instituição, onde os jovens conheceram cada uma das áreas. O segundo momento, foi uma rodada de capacitações para apresentar aos jovens as ferramentas de uso diário da instituição, verificar os níveis de desempenho e auxiliar no desenvolvimento do uso da ferramenta, assim como introduzir aos jovens a discussão sobre questões que são pauta de atuação da instituição. No que tange à seleção dos jovens, foi considerada a experiência prática vivenciada ao longo

11. Sobre o CAMP Mangueira, acesse: <https://campmangueira.org.br/>

das edições do Programa, assim como os norteadores apontados em estudos recentes envolvendo a temática da juventude. Com base nisso, critérios específicos foram utilizados pela equipe do CEDAPS para seleção dos jovens, a saber:



-  **Maternidade/ Paternidade**
-  **Contextos Familiares Complexos**
-  **Cor/raça**
-  **Grau de Dificuldade Financeira**

Tais critérios foram elencados por serem considerados entraves para a contratação destes jovens em outras oportunidades de emprego. No que tange a maternidade, a experiência da área de Colocação do Programa Jovens Construtores revela que as chances de uma jovem mãe ser contratada em um processo seletivo são menores do que a de uma jovem sem filhos.

Sendo assim, no caso ora descrito foi seguido o fluxo contrário do que ainda se faz dominante no mercado de trabalho e foram priorizadas jovens mães.

A possibilidade de receber os jovens aprendizes na instituição foi analisada desde o princípio tendo em mente também a potência das questões mais sensíveis que atravessam a oportunidade. Levando em consideração que além de estarem em uma condição especial de desenvolvimento profissional, por serem

aprendizes, estão também em uma situação especial de juventude.

Nosso maior compromisso com os jovens ingressantes se dá no sentido de auxiliá-los para o seu desenvolvimento profissional, adequando as exigências ao perfil de iniciante para atuação imediata.

Assim como gerando oportunidades de participação social aos jovens para que fortaleçam suas reflexões e argumentos e possam realizar incidência política frente a diferentes parceiros, para que novas oportunidades se abram e a inserção de jovens (na perspectiva da equidade) sejam um compromisso comum e de responsabilidade social de empresas e demais atores sociais.

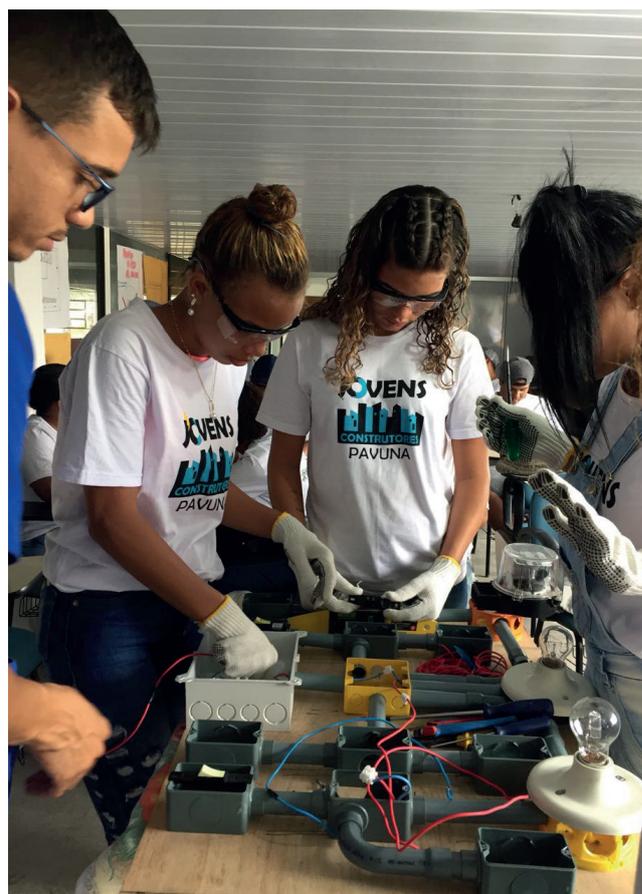


Foto: Jovens Construtores (Pavuna).

4. O Perfil dos Aprendizes

Seguindo os parâmetros preconizados na Cota Social (Decreto nº 8.740/15), o grupo de jovens selecionados para atuar no CEDAPS foram distribuídos da seguinte forma:

1 JOVEM EM CUMPRIMENTO DE PENA NO SISTEMA PRISIONAL

4 JOVENS ADOLESCENTES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

3 JOVENS DESEMPREGADOS E COM ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO CONCLUÍDO NA REDE PÚBLICA

2 JOVENS E ADOLESCENTES CUJAS FAMÍLIAS SÃO BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Fonte: Banco de dados Jovens Construtores CEDAPS, 2018



Foto: Jovens Construtores (Mangueira).

O perfil dos jovens contratados, nos permite fazer uma análise sobre as diversas lacunas, que extrapolam as colocadas acima, e igualmente limitam suas oportunidades de acesso e ascensão. Como é de conhecimento, a educação tem se mostrado uma área fundamental para a redução de riscos e garantia de bem-estar.

Assim, apresentamos de modo sucinto a relação dos jovens contratados com a escola:

7 ORIUNDOS DE ESCOLA PÚBLICA

3 COM HISTÓRICO DE ABANDONO ESCOLAR

3 COM ENSINO MÉDIO COMPLETO

3 EM GESTAÇÃO/MATERNIDADE DURANTE O PERÍODO ESCOLAR

A complexidade da discussão sobre a educação, os desafios da rede pública de ensino e seus reflexos na relação com a juventude são temas que necessitam uma análise mais prolongada. Ainda assim, é importante ressaltar o perfil escolar dos jovens, assim como traçar algumas comparações com os dados disponíveis.

Dentre os sete jovens contratados, todos estão cursando ou concluíram os estudos em escola pública. Três deles, em algum momento, abandonaram os estudos.

A evasão escolar e a distorção idade-série se apresentam como uma realidade não tão rara no contexto social desta juventude, assim como podemos observar através dos dados levantados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) nos Cadernos da Juventude Carioca (2016):

Dos jovens que responderam estar estudando, quase metade (49,94%) estão mais de dois anos atrasados em relação à série que deveriam estar cursando. Para referência, no

município do Rio de Janeiro a distorção idade-série é de 27% para jovens nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e 30% no Ensino Médio.

Como dito, a distorção idade-série é reflexo de uma sequência de reprovações, que ocorrem principalmente por uma baixa produção acadêmica ou por faltas excessivas. Podemos usar como exemplo dessa situação o relato de alguns jovens do Programa que participaram da edição realizada na Pavuna. Durante a oficina de Educação e Direitos Humanos, ao serem questionados sobre quais foram suas principais dificuldades para se manterem na escola os jovens fizeram os seguintes relatos:

“Aprender português e matemática; e ter tempo para estudar por causa do trabalho”. (L. 23 anos)

“Minha maior dificuldade para terminar os estudos foi porque eu estava no quartel. Eu pedi para mudar para noite, mas não tinha mais vaga. E eu sou péssimo em matemática”. (M. 21 anos)

“Desempenho, tenho muita dificuldade de aprender”. (I. 22 anos)

“Não tenho muitas, mas a principal é a dificuldade de se deslocar pois não tem transporte que passe por lá”. (T. 17 anos)

Podemos notar que a necessidade financeira, a dificuldade para absorção dos conteúdos e a difícil locomoção acabam por formar uma junção de fatores capazes de afastar o interesse do jovem em permanecer na escola, distanciando dele seu direito humano básico. Essas questões vão ao encontro dos fatores apontados pela Galeria de Estudos e

Avaliações de Políticas Públicas (plataforma GESTA)¹³ em 2017 - como os responsáveis pelo abandono escolar. Ao analisar o panorama do engajamento escolar de jovens no país, foram identificados 14 fatores para o seu enfraquecimento, que devem ser usados como base na orientação de políticas. Alguns dos fatores indicados vão diretamente ao encontro com a realidade dos jovens participantes do Programa: acesso limitado às escolas, gravidez e maternidade, participação em atividades ilegais e ilícitas, prioridade/necessidade para gerar renda, violência no entorno, significado da aprendizagem, qualidade da educação e clima escolar.

Os atravessamentos gerados por estes fatores, acabam por proporcionar um terreno fértil para o desinteresse já nos anos iniciais de estudo, refletindo-se no abandono escolar de uma parte considerável de alunos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. O Caderno da Juventude (IPP, 2016, pg. 33), constatou que dentre os jovens de 18 anos ou mais “mais de 90,9% frequentaram até o sétimo ano, entretanto, apenas 77,2% chegaram a cursar o primeiro ano do Ensino Médio, e apenas 50,6% chegaram ao terceiro ano deste ciclo.

Todos os fatores acima descritos, acabam por colocar esta parcela da juventude em desvantagem na busca de oportunidades no mercado de trabalho. Pois, ainda que a faixa etária para a Lei de Aprendizagem seja de 14 a 24 anos, os jovens só podem ingressar no programa e ser beneficiados por ela com até 22 anos e meio, para que possa concluir no período correto. E somado a isto, há o fato de que a maioria das vagas são disponibilizadas para jovens a partir de 18 anos de idade e cursando o ensino médio. Assim, conclui-se

13. Sobre a GESTA, acesse: <http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#fatores>

que jovens entre 18 e 22 anos, que tenham o Ensino Médio cursando ou concluído são os que têm maior chance de serem beneficiados pela Lei.

Com relação a qualificação profissional, três dos aprendizes já haviam realizado algum curso, sendo que um destes o iniciou em encaminhamento realizado pelo Programa Jovens Construtores. A qualificação encontra sua barreira, mesmo em caso de cursos gratuitos, por diversos fatores. O primeiro deles é devido a condição econômica dos jovens, pois nem sempre é possível para a família custear as despesas de passagem e alimentação, e as ofertas disponíveis próximas ao território são limitadas, tanto em relação a variedade de cursos quanto em quantitativo de vagas. Tais condições são ampliadas pelos seguintes dados:

Nas comunidades estudadas, 11,9% dos jovens frequentavam curso de educação profissional na época da entrevista. A partir de 2014, foi perguntado aos jovens que não frequentavam se eles já o haviam feito anteriormente, ao que 15,2% responderam positivamente. Entre os que já frequentaram curso de educação profissional no passado, 40,4% não concluíram o curso e 25,4% trabalham ou já trabalharam na área do curso que fizeram. (Cadernos da Juventude Carioca, p. 35, 2016).

Estes percentuais, além de nos permitir dimensionar o quantitativo de jovens moradores de territórios vulneráveis com algum tipo de qualificação profissional, possibilita uma reflexão sobre acessos. A rede de suporte, sendo esta as organizações de base comunitária e as instituições públicas presente nos territórios, nem sempre consegue dar conta das demandas da juventude. Não sendo possível abarcar todos os jovens e nem todos os interesses que estes tenham, o acesso para a qualificação profissional fica limitado. Porém, se neste quesito as ofertas são reduzidas, esbarramos com

outras ofertas que são disponibilizadas de forma mais abundante e com um discurso mais atraente, que podem representar um risco a vida deste jovem, sua família e comunidade.

Sendo o adolescente um indivíduo que se encontra no limbo entre a infância e a vida adulta, onde o rápido desenvolvimento do corpo é acompanhado por um desenvolvimento mais lento da maturidade emocional, ele acaba por se tornar um potente consumidor de objetos transicionais. Estes objetos, que podem ser físicos ou não, possuem a missão de os auxiliar a se inscrever no mundo ocupando esta nova posição (KEHL, p. 95, 2004). Assim o poder que o tráfico de drogas exerce nestes territórios consegue alcançar os jovens ao proferir um discurso que vai de encontro com as suas urgências financeiras e a necessidade de objetos transicionais.

Dentre as muitas particularidades que envolvem a presença do tráfico de drogas nos territórios mais vulneráveis, cabe ressaltar algumas. A primeira diz respeito ao seu fim primário, a comercialização das drogas, que proporciona ao mesmo tempo dois agravantes para a trajetória de diversos jovens: (i) ao passo em que comercializa as drogas ilícitas o tráfico facilita o seu acesso para pessoas ainda muito jovens; (ii) ao mesmo tempo em que proporciona uma oportunidade de trabalho sem grandes exigências para pessoas tão jovens. Já apontada como um risco para o abandono escolar, o uso de drogas por pessoas ainda muito jovens pode proporcionar uma série de riscos para o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com o Cadernos da Juventude Carioca (IPP, 2016), o uso de drogas ilícitas por menores de 18 anos nas comunidades pacificadas que foram estudadas, fica em 24,4% dos jovens pesquisados, e o uso entre maiores de 18 anos fica em 40,5%. Mais de 88% dos jovens começaram a fazer uso das drogas antes dos 18 anos, sendo 15 anos a idade apontada como pico para início do uso. Com relação a oportunidade de emprego

proporcionada pela comercialização das drogas, o poder de sedução do tráfico se dá através de sua capacidade de proporcionar aos jovens um retorno imediato de consumo financeiro e de signos. Aqueles mesmos signos que fomos informados por KEHL que a fase da juventude tanto anseia consumir para conseguir se inscrever no mundo assumindo uma postura de afirmação. Algumas músicas escritas por cantores que buscam descrever a realidade deste contexto nos permitem identificar o poder dos enunciados do tráfico. Mc Bokinha, em sua música que afirma a disponibilidade do tráfico em assinar a carteira daqueles que forem capazes de “formar”¹⁴ com a boca, nos conta que:

“Desde moleque eu fui da correria. Aos 17 eu já tava na vida. Vida do crime não é bom pra ninguém. Eu queria o melhor pra minha família. E o crime me abraçou e me deixou fortão”.

Não estando o mercado de trabalho formal disponível para aceitar os jovens que, por conta de todas as ausências anteriores, não apresentam um perfil qualificado, o tráfico ocupa essa lacuna trazendo marcas, por vezes, irreversíveis na vida desses jovens. Ao empregar ele consegue oferecer aos jovens o consumo dos objetos significantes capazes de os fazerem iniciar uma outra relação com seu território, onde podem se apresentar como indivíduos de valor e prestígio.

O consumo de marcas famosas em conjunto do poder bélico do tráfico os permitem realizar a inscrição do seu corpo como ser atuante no mundo. Enunciando esta lógica MC Orelha nos convoca a observar a importância dos consumos de sua tropa:

“Olha só como nós tá. Com adidas no pé. No peito um crocodilo. Pistola na cintura, com pentão de 30 tiros. A moral tá em dia, a família tá bem. Isso vale bem mais que mil notas de cem. Perfume exalando,

relógio e cordãozão. Mas se precisar na guerra rasteja e rola no chão”.

Retornando ao nosso tema inicial, os assuntos brevemente abordados neste documento, pretendem trazer a reflexão da importância e legitimidade da Cota Social (Decreto nº. 8.740/15), uma vez que ela se apresenta como uma oportunidade para jovens que vivem em contextos sociais complexos.

A partir da experiência de grupo do aprendizes atuantes no CEDAPS constatamos que a inserção no mercado trabalho formal para esta juventude significa uma batalha mais árdua.

A obrigatoriedade do ingresso de uma parcela destes jovens em ambientes de formação profissional, principalmente viabilizando que o ambiente de prática seja em um local em que esteja disposto a formar o jovem menos preparado para o mercado, representa um avanço para a mudança efetiva de perspectivas para suas trajetórias.

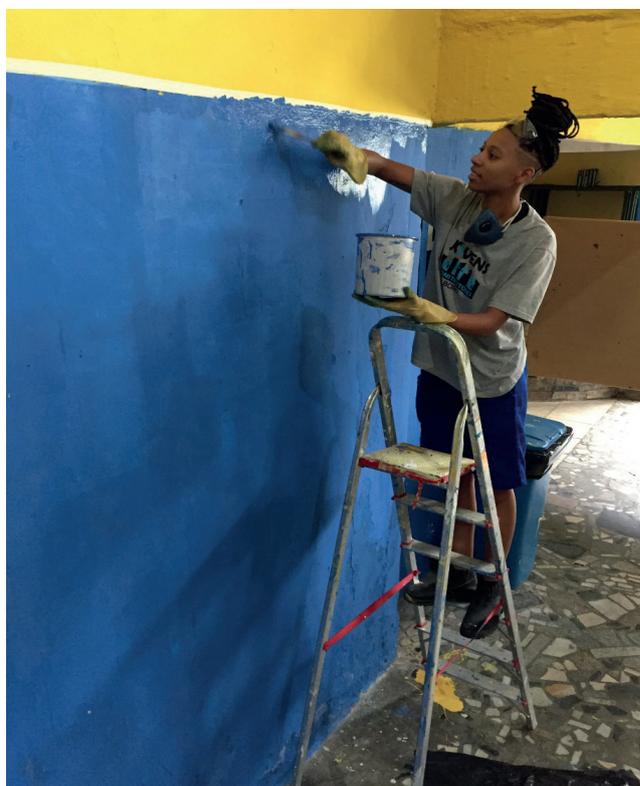


Foto: Jovens Construtores (Borel).

14. “Formar” é uma gíria utilizada pelos jovens dos territórios de favela dessa geração que significa se unir.

5. As habilidades reforçadas e tarefas executadas

Tornar positiva a vivência do primeiro emprego, em especial quando ela ocorre por meio da cota social, é um desafio que deve ser superado pelo jovem com o apoio, suporte e sensibilidade da organização que o recebe para a prática profissional.

Os jovens aprendizes no CEDAPS iniciaram sua atuação com o desenvolvimento de um plano de atividades e tarefas a serem realizadas ao longo dos 18 meses de contrato. Essa lista de atuação foi construída pelos coordenadores das diferentes frentes da instituição e embasaram a prática dos jovens. A fase de adaptação dos jovens teve a duração de seis meses e consistiu em conhecer cada uma das áreas da instituição, a saber: Prevenção e Cuidado; Juventude; e Fortalecimento dos Serviços em Saúde.

Ao final do período de adaptação, os jovens em alinhamento com as demandas de trabalho de cada frente escolheram em qual área passariam a atuar nos 12 meses restantes de contrato. A partir desta etapa, foi realizada a estruturação de atuação colaborativa dos jovens aprendizes, desmembradas em cada área. As principais funções realizadas e habilidades trabalhadas seguem apresentadas a seguir:



Foto: Formatura Jovens Construtores - Mangueira

Frente de Atuação	Tarefas realizadas pelos aprendizes
<p>ADMINISTRATIVO:</p> <p>Responsável pelos processos operacionais, logísticos e recepção da organização.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realização e atendimento das ligações; 2) Elaboração de planilhas para organização do fluxo administrativo; 3) Organização de arquivo, materiais e documentos; 4) Agendamento de reuniões e reservas das salas.
<p>PREVENÇÃO E CUIDADO:</p> <p>Responsável por projetos voltados para a prevenção e cuidado, em especial doenças transmissíveis com foco nas IST/HIV/AIDS e Tuberculose (TB). Atua em territórios vulneráveis com oficinas formativas, reforça as capacidades de moradores e ativistas sociais como agentes multiplicadores de informação qualificada. Fomenta o Meta Brasil¹⁵ e presta assessoria técnica ao movimento Rede de Comunidades Saudáveis¹⁶ e a organizações de base, apoiando lideranças comunitárias em suas ações de promoção da saúde e políticas públicas saudáveis para seus territórios.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Organizações de pastas físicas; 2) Digitalização de documentos e registro de dados no Google Forms; 3) Apoio e participação em reuniões de equipe, seminários, conferências e oficinas temáticas; 4) Assessoria às lideranças comunitárias no uso das redes sociais (WhatsApp, Instagram e Facebook); 5) Apoio à equipe técnica na aplicação dos instrumentos da metodologia institucional: caderno de perguntas, dinâmicas e mapa falante; 6) Apoio na divulgação de reuniões, oficinas e capacitações.
<p>JUVENTUDE:</p> <p>Desenvolve ações para promover o desenvolvimento de jovens e criar oportunidades econômicas e sociais para sua vida, de seus pares, suas famílias e seus territórios. Atua tanto em zonas urbanas, como zonas rurais com vistas a superar os desafios da juventude e garantir espaços para a participação e o protagonismo juvenil. A rede do Programa Jovens Construtores, metodologia base para nossos projetos, e parte da rede global YOUTHBUILD já conta mais de 500 jovens nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará e Minas Gerais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Organizações de pastas físicas; 2) Digitalização de documentos e atualização do sistema; 3) Suporte e apoio para emissão de documentação civil para os jovens; 4) Atualização do mailing de jovens graduados do Programa Jovens Construtores; 5) Apoio para a área de Monitoramento e Avaliação do Programa.
<p>FORTELECIMENTO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE:</p> <p>Responsável pelo Programa Ciclo Saúde, uma cooperação técnica intersetorial para o fortalecimento da política pública de Atenção Básica/SUS por meio de um processo integrado de oficinas formativas, apoio técnico à gestão das Unidades Básicas de Saúde, formação de Jovens Construtores em Saúde e doação de equipamentos para melhoria das condições de estrutura e organização dos serviços de saúde em municípios brasileiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Organização dos materiais das iniciativas para as formações realizadas em outras cidades; 2) Organização das pastas físicas; 3) Organização dos materiais das oficinas pós-realização; 4) Digitação dos questionários, avaliações e outros materiais das oficinas realizadas; 5) Digitalização de documentos; 6) Controle dos materiais pós-oficina; 7) Apoio na organização de arquivos digitais do Programa; 8) Participação nas reuniões de equipe; 9) Seleção de fotos para materiais de comunicação; 10) Agendamento de reuniões.

15. Saiba mais sobre o META Brasil, acesse: <https://www.facebook.com/metabrasiloficial>

16. Saiba mais sobre a Rede de Comunidades Saudáveis, acesse: <https://cedaps.org.br/rede-de-comunidades-saudaveis/>

No ano de 2019, todas os/as jovens aprendizes atuaram de maneira efetiva no evento anual “Fala, Comunidade!”, desenvolvido pelo CEDAPS, auxiliando na recepção e cadastramento dos participantes, apoio nas oficinas ofertadas no evento e na organização do material a ser distribuído. A participação em momentos especiais da instituição facilitou e potencializou a integração do grupo de jovens na dinâmica organizacional, ampliando o sentimento de contribuição e de “fazer parte”.

Ainda, todos os aprendizes integraram o Conselho de Jovens do Programa Jovens Construtores, contribuindo com o aprimoramento do Programa que fizeram parte. Ainda, houve a participação dos aprendizes em todas as formações oferecidas pela organização ao longo da permanência deles.

Em maio de 2020, foi concluído o período contratual dos/das jovens aprendizes com o CEDAPS. Dentre os sete jovens que iniciaram, cinco permaneceram até o final.

A equipe do Jovens Construtores fez uma breve entrevista com os/as jovens que vivenciaram esse processo até o fim, permitindo assim compreender quais foram as principais mudanças que essa oportunidade proporcionou, os eixos positivos e negativos e o que significou essa trajetória para cada um/uma deles/delas, através de suas percepções individuais, conforme descrito abaixo:

“O Jovem Aprendiz trouxe muita mudança para mim, me ajudou muito na parte da vergonha, em falar com as pessoas, saber como falar, me trouxe diversas experiências; como montar um workshop ou marcar uma reunião, entre outras coisas”. (G. 18 anos)

“Eu amei muito a experiência de jovem aprendiz com o CEDAPS, pois aprendi muito sobre os meus direitos, tive experiências maravilhosas, aprendi a me comportar em ambiente de trabalho, a lidar com o próximo,

ter uma responsabilidade maior e cumprir tarefas”. (T. 20 anos).

“O Jovem Aprendiz me trouxe diversas mudanças, as principais foram como saber chegar e sair de um local e ter mais responsabilidade também e me ajudou muito na parte de conviver/trabalhar em equipe.” (M. 19 anos)

O CAMP Mangueira foi a instituição responsável pelo apoio e incentivo no âmbito da aprendizagem e colaboração ao fortalecimento educacional desses jovens, em relação a este aspecto responderam:

“O CAMP Mangueira teve um significado muito grande na minha vida, pois ganhei novas experiências e ganhei novos conhecimentos”. (T. 20 anos)

“Significou gratidão, pois sempre quis participar de projetos no CAMP, se não fosse o CEDAPS talvez eu não conseguiria, pois é muito difícil conseguir vaga lá”. (T. 21 anos)

“Significou muito, porque muitas coisas que aprendi no CAMP, foram coisas que tive que pôr em prática no meu ambiente de trabalho”. (M. 19 anos)

Por fim, é importante registrar que a inserção dos jovens em situação de vulnerabilidade por meio da cota social é uma oportunidade que deve ser acompanhada pela responsabilidade das organizações em promover a formação continuada dos jovens e a sua plena inserção do ambiente de trabalho.



Foto: Formatura Jovens Construtores - Pavuna

Conclusão

Este texto busca contribuir para a reflexão dos obstáculos que envolvem a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade e/ou em risco no mercado de trabalho, foi feito o uso da experiência do CEDAPS com a Cota Social (Decreto nº. 8.740/15) para, a partir do perfil dos jovens selecionados, discutir os aspectos sócio-políticos presentes nesta temática.

Desta forma, foi aprofundada a relação destes jovens com a escola, com as oportunidades de qualificação e com o seu território, como forma de embasar os argumentos levantados ao longo da reflexão. A desigualdade social, que aqui foi analisada como um reflexo da desigualdade de oportunidades, se mostrou um fator central uma vez que proporciona a criação de contextos complexos que interferem diretamente no acesso destes jovens a diferentes oportunidades.

O acompanhamento realizado pela Colocação identificou que os jovens buscam principalmente oportunidades como Jovem Aprendiz. Eles entendem como uma forma de alcançar independência financeira, conhecimento prático e oportunidades de vivenciar novos contextos sociais, ao mesmo tempo. Assim como podemos identificar através das seguintes falas:

“Meu interesse em ser jovem aprendiz era ter meu salário próprio, sem ficar pedindo nada para ninguém pois eu nunca gostei de ficar pedindo nada. Tu vai pedir e perguntam: ‘quer dinheiro para quê?’ Seu dinheiro você gasta e não dá satisfação para ninguém. Segundamente, eu não queria ficar à toa, mente vazia é oficina do troço ruim. E terceiro, é porque eu gosto de trabalhar, não gosto de ficar parada”. (M, 19 anos)

“Para ter meu emprego, ter meu primeiro

salário, ter uma experiência profissional. Para me ajudar pessoalmente, porque estava muito complicado lá em casa”. (M.P, 20 anos)

“Eu queria saber como era o Jovem Aprendiz, e meu antigo trabalho não tinha nada a ver, era mais com pressão do que com aprendizado [...] eu trabalhava como atendente de quiosque, precisava depositar o dinheiro e tudo, era muita cobrança. Aqui eu sinto que aprendo”. (P. 20 anos)

Tais posicionamentos indicam que, apesar da questão financeira ser um fator determinante, os jovens buscam adquirir através da aprendizagem outras bagagens que dizem respeito a questões mais sensíveis.

Desta forma, a Cota Social representa um diferencial ao possibilitar a estes jovens a inserção em um ambiente que esteja disposto a primeiramente identificar seus níveis de conhecimento e desde então trabalhá-los. É necessário compreender que a mudança de postura do jovem, onde ele passa a se reconhecer enquanto profissional, é um processo complexo que depende em grande parte do olhar da equipe com a qual ele trabalha. Desta forma é necessário criar um ambiente onde o jovem possa se sentir capaz e valorizado, ainda que este possua dificuldades iniciais.

“Não é aquela coisa de ficar o tempo todo dando esporro, porque têm lugares, que as pessoas para se sentirem melhor, diminuem outras. Aqui não, quando vocês veem que não está certo ao invés de pegar no pé, ficar dando esporro toda hora, vocês falam: não é assim, de uma forma que passa tranquilidade para a gente”. (M. 19 anos)

“Até mesmo quando eu erro é sempre bom dá um toque. Aqui todo mundo faz isso, fala ‘faz isso, não faz aquilo. É por aqui, não é por aí’. Ninguém vai ficar aqui para sempre, então assim a gente sai daqui com uma experiência melhor”. (M. P. 20 anos)

“Aqui é um ambiente calmo, todo mundo fala com todo mundo e ajuda todo mundo [...] eu sinto que eu estou adquirindo aprendizado, porque cada coisa que a gente faz a gente está aprendendo algo. Se eu estou digitando uma ficha, eu estou apreendendo a digitar uma ficha”. (G. 18 anos)

Para além de auxiliar no processo de amadurecimento profissional dos jovens, a aprendizagem possibilita a construção de uma nova relação do jovem com a cidade e seus dispositivos. Algo que influencia diretamente na expansão de perceptiva do mesmo, auxiliando na construção de novas trajetórias.

A partir do deslocamento diário para o ambiente de trabalho novos locais são conhecidos, assim como, os encontros realizados no ambiente de trabalho apresentam novas realidades.

“Eu evolui através do Jovem Aprendiz, eu não tinha em mente crescer; hoje já tenho. Estou fazendo as provas e quero terminar o Ensino Médio [...] os trabalhos que eu tinha era ali do morro mesmo, aquela coisa sem ter que ser certa. Se eu tivesse que atrasar, ia atrasar, se eu tivesse que faltar ia faltar, se não pagassem iam ficar sem pagar. Agora eu sinto que estou mais responsável, no rumo certo. E meu trabalho era só com gente do morro, que eu já via direto. Atendia de qualquer forma, eles não ligavam [...] aqui é outro tipo de fala, uma coisa mais séria”. (T. 21 anos)

“A única e última vez que eu fui no museu foi na escola, eu era menor. Aí vindo para cá, vindo trabalhar, eu descobri que tem vários museus por

aqui. Tem um até aqui perto que eu quero ir lá levar meu filho”. (T. 20)

Ao findar do período contratual dos jovens aprendizes com o CEDAPS (maio de 2020), a equipe do Jovens Construtores realizou uma pesquisa sobre a experiência, com os/as jovens que vivenciaram esse processo, permitindo assim compreender quais foram as principais mudanças que essa oportunidade proporcionou, os eixos positivos e negativos e o que significou essa trajetória para cada um/uma deles/delas, através de suas percepções individuais:

“O Jovem Aprendiz trouxe muita mudança para mim, me ajudou muito na parte da vergonha, em falar com as pessoas, saber como falar, me trouxe diversas experiências; como montar um workshop ou marcar uma reunião, entre outras coisas”. (G. 18 anos)

“Eu amei muito a experiência de jovem aprendiz com o CEDAPS, pois aprendi muito sobre os meus direitos, tive experiências maravilhosas, aprendi a me comportar em ambiente de trabalho, a lidar com o próximo, ter uma responsabilidade maior e cumprir tarefas”. (T. 20 anos)

“O Jovem Aprendiz me trouxe diversas mudanças, as principais foram como saber chegar e sair de um local e ter mais responsabilidade também e me ajudou muito na parte de conviver/ trabalhar em equipe.” (M. 19 anos)

Concluindo, podemos compreender a Cota Social como uma oportunidade de inserção não apenas no mercado de trabalho formal como em uma nova realidade social, possibilitando a expansão de seus objetivos e desejos. Tal expansão auxilia na mudança de postura do jovem diante do mundo, uma vez que o mesmo pode começar a se sentir como um alguém ativo e capaz de enfrentar diferentes desafios que antes eram vistos como impossíveis ou desinteressantes, tais como iniciar um novo curso de qualificação ou retornar para a escola.

As mudanças geradas em relação ao jovem e sua posição no mundo, são pessoais e familiares, mas também se tornam aprendizagens institucionais na medida em que promovem um ambiente mais diverso e construtor de valores positivos e de boas relações institucionais.

Referências Bibliográficas

ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: O que pode ser feito? São Paulo: Leya, 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 8.740, de 4 de maio de 2016. Altera o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 mai. 2016.

GESTA – GALERIA DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS PÚBLICAS. Engajamento escolar: As causas da evasão e abandono escolar. Disponível em: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#fatores>>. Acesso em: 03 set. 2019.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS, Cadernos da Juventude Carioca. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/b8743975-26ff-4647-9604-1dc3156a4f89>>. Acesso em: 03 set. 2019.

KEHL. M.R. A Juventude Como Sintoma da Cultura. In: NOVAES. R; VANNUCHI. P. (Org.). Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade Social. Como o Brasil compara? 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/social-mobililty-2018-BRA-PT.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.

PERO, Valéria; SZERMAN, Dimitri. Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3357/1/PPE_v38_n01_Mobilidade.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

Direção Executiva:

Katia Edmundo e Socorro Vasconcelos

Coordenação Frente Juventude (Programa Jovens Construtores):

Melissa Abla

Assistentes de Projeto/Frente Juventude (Programa Jovens Construtores):

Anne Reder

Andrea Nogueira

Arthur Felizardo

Hugo Sabino

Ingrid Siss

Mariana Kuo

Comunicação institucional:

Malu Machado e Pedro Melo

Pesquisa de conteúdo

Ingrid Siss e Hugo Sabino

Redação Final

Ingrid Siss

Melissa Abla

Hugo Sabino

Katia Edmundo

Organização e Revisão

Melissa Abla e Malu Machado

Organização e Supervisão

Katia Edmundo

Revisão de texto

Malu Machado e Pedro Melo

Layout e Diagramação

Target Assessoria de Comunicação

Agradecimento

Agradecemos aos parceiros do Programa Jovens Construtores que são indispensáveis nessa construção de uma iniciativa para valorização da potência juvenil em gerar oportunidades comunitárias, sustentáveis e saudáveis para si.

Especialmente, no âmbito deste artigo que traz experiências relacionadas a edições do Programa nas comunidades Mangueira, Borel e Pavuna, destacamos e agradecemos as parcerias de: Centro de Integração Empresa - Escola/CIEE Rio; AMU Mangueira; ICUT; ONG Rongo; CAMP Mangueira; MetroRio e Instituto Invepar; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; SECONCI-Rio e SENAI.

Iniciativa

